

Furor e fracasso de uma ideologia: o neoliberalismo

LINCOLN MORAES

Meados de dezembro de 1992 e janeiro de 1993. Nesse período, a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) foi palco de um debate sobre o papel do Estado na economia. Resultado: a maioria do empresariado questionou, direta e/ou indiretamente o neoliberalismo. Surpresa? Efetivação da afirmativa de Pero Vaz de Caminha de que "no Brasil em se plantando tudo dá"? Não.

Na cobertura do debate, bem como através de várias entrevistas, o jornal *Folha de São Paulo* concluiu na direção correta. A vitória de Bill Clinton nos Estados Unidos, a cassação de Collor e alguns discursos de Itamar Franco contribuíram seguramente para a mudança de posição. Mas, para nós, o principal parece ter sido a fragilidade de algumas empresas face à concorrência do capital estrangeiro, ao que, aliás, o referido jornal também faz alusão. Tanto é assim, que já no final de 1994 a FIESP propunha uma política industrial contemplando o mercado interno e a criação de empregos.

Revista *Veja* de 13 de janeiro de 1993, ou seja, mais ou menos na mesma época em que muitos empresários expressaram suas críticas ao neoliberalismo, Flávia Sekles faz uma louvação de seis páginas à Universidade de Chicago, reconhecidamente o principal centro acadêmico de referência do neoliberalismo. Diz ela:

".. a Universidade de Chicago tornou-se a mais ativa usina de idéias originais entre todas as instituições acadêmicas do mundo."

Como não há indicação de que essa matéria da revista tenha sido paga, o que não diferenciaria muito o seu conteúdo, é de se perguntar se a crítica ao neoliberalismo expressou apenas um descuido ou uma mera idiosincrasia de um setor importante da burguesia brasileira. Ou, se grande parte das pessoas ainda não se deu conta do início do fracasso de mais uma ideologia.

Na verdade, o abandono progressivo do neoliberalismo não é somente um caso brasileiro mas algo no mundo todo. A vitória de Bill Clinton é simplesmente um dos vértices da pirâmide, como veremos.

Não obstante, muitos intelectuais e outros setores no país ainda se encontram na fase do furor neoliberal. Decididamente, a classe dominante do Brasil precisa escolher melhor seus intelectuais orgânicos ou os que pretendem sê-lo.

E como não somos adeptos dos modismos, coloridos ou não, consideramos essencial que se debata mais a fundo o neoliberalismo antes que chegue outra “moda de verão.”

1. Raízes e tentáculos

Que se reflita de uma maneira crítica sobre estas palavras:

“...quando este livro foi publicado pela primeira vez, suas teorias estavam tão afastadas da corrente predominante que não mereceram nenhuma resenha de qualquer das principais publicações nacionais... E isso ocorreu com um livro dirigido ao público em geral, escrito por um professor de uma importante universidade americana, e fadado a vender mais de 400 mil exemplares nos dezoito anos seguintes. É inconcebível que tal obra de um economista, cuja postura profissional jamais favoreceu o Estado próspero, nem o socialismo, nem o comunismo, tenha recebido semelhante condenação pelo silêncio” (1984:5).

Foi assim que Milton Friedman, um dos “papas” do neoliberalismo, ex-assessor e amigo de Augusto Pinochet, referiu-se no prefácio de 1982 ao seu livro *Capitalismo e Liberdade*. Este livro, publicado originalmente em 1962, reuniu um conjunto de palestras dadas por ele em junho de 1956. Para o próprio Friedman, o sucesso posterior do livro e de outros, como *Liberdade de Escolher*, seria explicado pelo seguinte: fracassos da antiga União Soviética, da China e do que ele denomina de socialismo fabiano na Inglaterra; desilusão com o partido democrata americano devido à guerra do Vietnã e com os governos Kennedy e Johnson; inflação e impostos altos. Isto é verdade? Sim e não. E é do que trataremos agora.

O que o autor da principal bíblia econômica do neoliberalismo, no caso *Capitalismo e Liberdade*, assinala corretamente, é que foram necessárias algumas condições para que seu livro se tornasse uma referência obrigatória para a chamada nova direita. Entretanto, os elementos explicativos apontados para isto são bastante superficiais e desviam a atenção do principal, ou seja, a crise econômica do capitalismo e os problemas de legitimação do respectivo Estado numa conjuntura específica.

1.1 Caracterização Geral e Natureza da Crise

A ideologia neoliberal surge exatamente como uma resposta burguesa à crise capitalista e esta teria raízes, fundamentalmente, no modelo fordista de organização do trabalho como aponta Lipietz (1991). Além do mais, teriam contribuído igualmente problemas de produtividade e a decadência da hegemonia americana a partir dos fins dos anos 60.

No caso da produtividade, ainda segundo Lipietz, seu declínio teve origem no descompasso entre a denominada organização científica do trabalho e sua execução desqualificada por parte da maioria dos trabalhadores, ou seja, daqueles excluídos do “lucro da produtividade”. A minoria mais qualificada, por sua vez, não tinha condições de aumentar a produtividade dos outros. Diante disto, as empresas aumentaram seus benefícios elevando os preços dos seus produtos, que, por seu lado, cresceram mais que os salários. Assim, reduziu-se a demanda e houve a diminuição de atividades em setores como a construção civil e a indústria automobilística. O corolário disto foi consubstanciado em menos investimento e mais desemprego.

Embora criticando a chamada Teoria da Regulação, à qual se filia Lipietz, bem como a visão de fordismo da escola e a respectiva explicação da crise, Clarke (1991) concorda com alguns elementos já citados, tais como: estagnação da produtividade do trabalho, redução dos lucros, competição internacional etc. Entretanto, ele localiza na concorrência e na inflexibilidade de arranjos institucionais o perfil da crise. Para Clarke, a resistência dos trabalhadores impediu a reestruturação da produção face aos desafios da concorrência.

A explosão da crise em 1974-1975 tornou-se mais aberta ainda com a quadruplicação dos preços do petróleo em 1974. Contudo, esta crise que atingiu todos os países do chamado capitalismo desenvolvido, já vinha se esboçando desde antes: Nas palavras de Brunhoff:

“O forte crescimento de após-guerra, já comprometido desde meados dos anos 60 pela baixa rentabilidade do capital, cedeu lugar a um período de “estagflação”: alta dos preços aumento do desemprego. No fim dos anos 70, os governos conservadores da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos adotaram políticas chamadas de “desinflação” à custa de um desemprego elevado. O objetivo do pleno emprego da mão-de-obra nacional deixou de ser prioritário” (1991:31).

Do ponto de vista de sua localização, a crise surge inicialmente de maneira mais clara nos Estados Unidos e na Inglaterra. As razões apontadas para isto são várias e destacaremos as seguintes:

1. Contradição entre a necessidade de um maior fundo público para financiar a reprodução do capital e da força de trabalho. Assim, as denominadas multinacionais passaram a deslocar-se para outros lugares, reduzindo suas produções internas e deixando ao Estado cada vez mais o papel crescente de financiador. Para Francisco de Oliveira:

“...uma crescente incompatibilidade entre o padrão de financiamento público e a internacionalização produtiva e financeira (1988:13).

Na análise do autor, e como o mesmo deixa bem claro, estaria havendo uma crise fiscal como a apontada por O'Connor (1977). E para sintetizar sua conclusão, Francisco de Oliveira lembra que nos Estados Unidos e na Inglaterra a “performance de suas multinacionais é mais acabada..” (1988:13).

Há que ressaltar, como já o fizeram Brunhoff, Lipietz e outros, que muitas empresas, devido ao que consideravam grandes restrições do Estado, começaram a deslocar suas atividades para lugares onde havia menos impostos e uma classe trabalhadora mais desorganizada. O processo, portanto, não seria monocausal, mas de caráter mais amplo.

2. A segunda explicação nos remete a Clarke, onde o autor enfatiza mais a concorrência internacional. Segundo ele, a pressão da competição teria exigido maiores investimentos nos métodos de produção, especialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra. E isto não teria ocorrido em virtude da resistência dos trabalhadores (1991:148/149).
3. A outra explicação nos é fornecida por Lipietz (1991) e ancorada na Teoria da Regulação. Ele amplia o leque e coloca de um lado Estados Unidos, Grã-Bretanha e França e de outro Japão, Escandinávia e partes da antiga Alemanha Ocidental e da Itália. No primeiro bloco, que inclui os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, a reação imediata à crise foi dirigida no sentido do rebaixamento do custo do trabalho, da redução do emprego, da subcontratação e deslocamento das empresas para o chamado Terceiro Mundo. O segundo,

por seu turno, elaborou uma espécie de compromisso social, envolvendo-se os trabalhadores na qualidade e na produtividade. Além do mais, reforçou-se a parceria entre as empresas, os governos locais e as universidades.

A crise, por sua vez, rebateu diretamente sobre o Estado e mais particularmente sobre o *Welfare State*. Tanto pela esquerda como pela direita, o Estado tornou-se, direta e/ou indiretamente o centro da discussão. As críticas têm variado desde uma suposta intervenção excessiva do Estado (argumento central da direita) até a ausência de legitimidade do mesmo. Especialmente após a Conferência sobre as Políticas Sociais nos Anos 80, promovida pela OCDE, o debate tomou enormes proporções e trouxe as mais variadas análises como mostraram Draibe e Henrique (1988). De qualquer forma não há como negar o questionamento do Estado e a redução de legitimidade do *Welfare State*.

O Estado e suas respectivas políticas passaram a ser considerados os principais causadores da crise. Daí a colocação de Offe sobre o tema:

“O conjunto de instituições e práticas estatais ao qual se refere esse conceito desenvolveu-se no capitalismo ocidental desde a Segunda Guerra Mundial. Até a mudança decisiva das circunstâncias, que ocorreu desde meados dos anos 70 e que foi marcada pela política de preços da OPEP, pela final da *détente* e pela ascensão de Reagan ao poder nos EUA e de Thatcher no Reino Unido (para mencionar apenas alguns indicadores dessa mudança), o WSK (Offe refere-se ao *Welfare State Keynesiano*) foi adotado como concepção básica do Estado e da prática estatal em quase todos os países ocidentais, não importa qual o partido no poder, e com apenas alterações menores e diferenças de tempo” (1984: 372).

1.2. O *Welfare State* e a legitimidade perdida

O que teria havido, então, com o *Welfare State*, a ponto do mesmo atravessar uma séria crise de legitimidade, se este, como lembrou Offe, era bastante aceito?

Na realidade, nenhum Estado está fora da economia como professam os liberais, Keynes e keynesianos, como lembra muito bem Brunhoff (1978). Ele não é algo externo à economia ou mesmo um elemento estranho aos processos de produção e circulação de mercadorias.¹¹

A atuação cada vez maior, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, tornou o Estado, como já assinalamos, um dos centros principais das críticas. Sua autonomia relativa não foi suficiente para que alguns grupos de esquerda e de direita caíssem na ilusão de um Estado neutro e acima das classes. Assim, a crise levou também a uma maior visibilidade da estrutura, funcionamento e papéis do Estado e especificamente do *Welfare State*.

Para Offe, o *Welfare State* foi um compromisso estabelecido entre a classe trabalhadora e as classes dominantes, no qual os conflitos de classe seriam amenizados e circunscritos, fundamentalmente, às reivindicações de caráter economicista e imediatista. Por outro lado, os trabalhadores teriam assegurados o emprego, salários melhores, segurança e as chamadas políticas sociais como educação, previdência, etc.

Evidentemente, que ao Estado estava reservado o papel de arbitrar o "pacto social", satisfazendo simultaneamente, como diria O'Connor (1977), as funções de acumulação e legitimação. Entretanto, o compromisso referido só funcionou, basicamente, porque os partidos políticos atuaram como canais por excelência de legitimação do sistema capitalista. Nas palavras de Macpherson:

"O sistema partidário, em qualquer de suas variantes, foi o meio pelo qual a função de desfazer as subjacentes diferenças de classe foi cumprida" (1978:71).

Praticando o compromisso com as classes dominantes, rebaixando o programa, dirigindo-se ao "povo" e aos "cidadãos" em geral e não aos trabalhadores, caindo no pragmatismo, reduzindo as propostas em função das alianças e entrando num processo de simbiose com o governo, os partidos políticos atuaram como estabilizadores do sistema como um todo e do Estado em particular (Offe, 1984).

O fato de satisfazer a muitos ao mesmo tempo, porém, criou uma contradição no denominado Estado Providência (Offe, 1991). No desenrolar da crise, passou a ser questionado, igualmente, por várias áreas e setores simultaneamente. No caso dos partidos, por exemplo, estes passaram a arcar com o ônus, juntamente com os governos, de problemas referentes ao meio-ambiente, qualidade dos produtos etc. Não por acaso, além do movimento de 1968, correram por fora dos partidos e dos governos propostas de caráter particularista e movimentos que professavam a autonomia perante o Estado. (Offe, 1984).

Além das críticas pela esquerda, onde o Estado era encarado como controlador e repressivo (Lipietz, 1991), bem como essencialmente capitalista e mistificador (Bobbio, 1986), a direita também deslegitimou o *Welfare State*.

Como o chamado socialismo real já apresentava sérios problemas de decadência, a direita voltou-se com mais força contra o Estado Providência, como ressalta Bobbio. Agora, o próprio capitalismo estaria correndo risco através da sua própria democracia. Para Bobbio, que considera a democracia sem corte de classe:

“Durante a crise dos anos 30 parecia que era o capitalismo a pôr em crise a democracia; agora, para aqueles novos liberais, parece ser a democracia a pôr em crise o capitalismo” (Bobbio, 1986:124).

Para os neoliberais, portanto, o Estado Providência seria o grande vilão da história. Além de atender excessivamente aos trabalhadores, o excesso de expectativas geradas pelos partidos políticos (Offe, 1984) estaria trazendo a famosa ingovernabilidade. Para Macpherson (1991), inclusive, já na Comissão Trilateral o tema era referido. Entretanto, o seu sucesso passa a despontar a partir de 1974, como diz Offe em uma nota:

“O conceito de ingovernabilidade está, desde 1974, fazendo carreira nas ciências políticas internacionais e no jornalismo político. Em sua exploração científica, já participou boa parte da elite das ciências sociais” (1984:257).

O *Welfare State*, portanto, não mais satisfaz os interesses dominantes e a ideologia do neoliberalismo vem, exatamente, substituí-lo no plano das propostas.

1.3. Um pouco de história do furor neoliberal

Friedman tinha parcialmente razão, como afirmamos anteriormente, sobre o sucesso de seu livro *Capitalismo e Liberdade*. Atacado à esquerda e à direita, o *Welfare State* tornou-se frágil e um alvo bastante fácil. As classes dominantes necessitavam de uma outra proposta que permitisse a continuidade da exploração e da dominação. A “democracia ocidental”, a “democracia de massas” e outros modelos políticos de dominação já não respondiam à crise econômica e de legitimidade do Estado na conjuntura depois de 1974. É aqui que entra a ideologia do neoliberalismo.

O centro da ideologia neoliberal, bem como sua principal manifestação no início, encontra-se como veremos logo depois, na economia. E embora não possamos estabelecer uma relação mecânica entre ideologia e economia, não é irrelevante o fato de que os principais governos neoliberais, no caso Reagan e Thatcher, administraram os países onde a crise manifestou-se de forma mais clara e desenvolvida como vimos anteriormente. Não obstante, devemos ir mais adiante e trabalhar também nos denominados níveis ideológico e político.

Inicialmente, é importante analisarmos em bloco os dois países, no caso Estados Unidos e Inglaterra, para, num segundo momento, destacar algumas particularidades como sistemas eleitorais, resistência dos trabalhadores e outros.

Nesse sentido, o primeiro ponto a ressaltar refere-se aos tipos de *Welfare State* nos países citados. De princípio, já se pode adiantar que, comparado a outros países do capitalismo desenvolvido, o Estado Providência não era tão forte como se poderia imaginar. Desta feita, a resistência poderia ser menor e as condições mais propícias para o neoliberalismo (privatizações, redução da denominada política social para os mais necessitados etc.). Sigamos o raciocínio de Esping-Andersen sobre os diferentes modelos de *Welfare State*, onde a Inglaterra e os Estados Unidos estão incluídos no tipo chamado residual:

“A segunda abordagem conceitual deriva da distinção clássica de Richard Timuss (1958) entre os *welfare state* residuais e institucionais. No primeiro caso, o Estado só assume a responsabilidade quando a família ou mercado são insuficientes; procura limitar sua prática a grupos sociais marginais e merecedores. O segundo modelo destina-se a toda a população, é universalista, e personifica um compromisso institucionalizado com o bem-estar social.

Em princípio, procura estender os benefícios sociais a todas as áreas de distribuição vital para o bem-estar societário” (1991:100).

No modelo residual, por conseguinte, parte da política social (serviços médicos, por exemplo) estaria sendo mais dirigida pelo mercado, ao contrário do que prevaleceria nos países escandinavos. No modelo residual, o Estado atuaria de forma mais dirigida aos setores de renda mais baixa, oferecendo uma espécie de esmola (alimentos, p. ex.). Os serviços de melhor qualidade, por outro lado, seriam “ofertados” pelo mercado ou subsidiados pelo Estado às empresas

privadas. E estes serviços são exatamente absorvidos pelos grupos de maior poder aquisitivo, que além da qualidade são premiados pela quantidade e variedade dos mesmos. Compreende-se, portanto, porque o subsídio do Estado aos serviços particulares e dirigidos aos grupos de grande poder político vincula-se a uma tomada de posição política: a chamada classe média necessita bem menos do Estado, e, assim, não apoia no geral o *Welfare State*. E este agrupamento, é bom lembrar, tem um significativo peso eleitoral, o que é por demais importante na definição das políticas estatais.

Prosseguindo na sua análise, Esping-Andersen introduz o que ele conceitua como regimes de *Welfare State*. No primeiro caso, ou seja, o “liberal” (aspas dele), o Estado incentiva o mercado passivamente (somente com garantias mínimas) e ativamente (subsidiando esquemas privados). O autor inclui, além dos Estados Unidos e da Inglaterra (que estaria trilhando este caminho), o Canadá e a Austrália. No segundo, que é o regime de corporativismo estatal (França, Alemanha, etc.) a obsessão pelo mercado seria menor e os direitos sociais teriam menos questionamentos. O último, o regime “social-democrata” (aspas de Esping-Andersen), estaria caracterizado pela universalidade dos serviços e pela boa qualidade destes e reduzida presença do mercado. A predominância deste regime seria mais presente nos países escandinavos, especialmente a Suécia.

O que é importante reter, e o autor o faz, é que no regime social-democrata os serviços abrangem a classe média e o conjunto dos trabalhadores sem diferenciação de classe, e, portanto, com um apoio mais global ao Estado Providência. No regime de corporativismo estatal, as diferenças estariam mais ao nível de *status* e haveria uma subordinação já consolidada da classe média ao Estado. No regime liberal, entretanto, os serviços diferenciados do Estado e do mercado propiciaram as divisões de classe, levando a classe média a não respaldar o *Welfare State*.

A análise de Esping-Andersen, no que toca ao assunto referido, assemelha-se por outras vias às conclusões de Clarke (1991). Diz este autor que nos Estados Unidos o *keynesianismo-welfarista* (expressão dele) terminou ficando associado ao *New Deal* e sendo responsabilizado pelos conflitos trabalhistas no pós-guerra, bem como pelo avanço da esquerda no Japão e na Europa. Na Grã-Bretanha, por sua vez, houve apenas uma corrente keynesiana-welfarista dentro do partido trabalhista. Mas mesmo esta, enfatizava muito mais o produtivismo.

É bem verdade, como indica Clarke, que após a guerra e o macartismo nos Estados Unidos, vislumbrou-se o *keynesianismo-welfarista*, mas as promessas de Johnson da Grande Sociedade foram tragadas pela Guerra do Vietnã. O projeto de Harold Wilson de modernização tecnológica e social na Inglaterra, foi destruído pela crise.

Uma vez ressaltada a importância da classe média e seu significado no tocante ao neoliberalismo, fica mais fácil entender porque Reagan, por exemplo, dirigiu-se muito a ela nas campanhas eleitorais. Com um certo poder e alguns privilégios e assustada com a crise, foi presa frágil do *cowboy*. Promessas de combate aos impostos e melhoria dos serviços sociais, assim como redução da influência do Estado na economia, tiveram uma grande ressonância. Além do mais, o discurso superestimador sobre o "perigo do comunismo", aliado a *slogans* modernizantes e a performance na televisão, formaram, em termos de políticos burgueses profissionais, grande parte do perfil da nova direita em muitas partes do mundo (Moreira, 1989). O engajamento da imprensa burguesa na divulgação e defesa do neoliberalismo, então, assumiu grande proporção e se estendeu, em muitos casos, na propaganda dos próprios candidatos neoliberais e no apoio aos seus respectivos intelectuais.

A reeleição de Thatcher na Inglaterra atesta bem o papel da imprensa: utilização das "pesquisas de opinião" prejudicando os adversários, destaque a informações que ajudassem a Thatcher, exagero nos apoios e no crescimento da candidatura da "dama de ferro", etc (Grogan, 1983).

No caso dos ideólogos, poder-se-ia destacar o convite feito a Milton Friedman para um programa de TV nos Estados Unidos em 1977. De setembro de 1977 a maio de 1978 Friedman fez quinze conferências públicas, as quais foram filmadas e transmitidas pela TV. Como diz ele, num lânguido agradecimento a Robert Chitester, presidente da Estação PBS, da WDLN, de Erie, Pennsylvania:

"A imaginação, o trabalho árduo e o compromisso de Robert com a sociedade livre tornaram a série possível" (Friedman, s/d:10).

Além da classe média e do papel da imprensa no sucesso da ideologia neoliberal e de governantes como Reagan e Thatcher, ambos reeleitos, teceremos agora rápidos comentários sobre o sistema eleitoral. Seguindo o raciocínio de Navarro, por que os governos neoliberais são eleitos se há um certo apoio geral aos gastos sociais?

O próprio autor (que parece não levar na devida conta o papel da classe média) responde. Para ele, não se deve confundir opinião popular com comportamento eleitoral. Governos como Reagan, Thatcher e Kohl, por exemplo, foram eleitos por uma minoria. Além do mais, muitos dos que escolheram estes governos eram contra as suas políticas sociais, pois o eleitor é obrigado a votar numa totalidade sem poder escolher seletivamente os programas. Reagan, para se ter uma idéia, foi eleito em 1984 porque era visto como o governante que iria baixar a inflação, mas parte significativa do seu eleitorado era contra sua política social (Navarro, 1991).

Assim, Navarro afirma que o próprio sistema eleitoral possibilita que governos com pouca representatividade política possam ser eleitos. Contudo, ainda permanecem algumas questões: a) como se deu a administração desses governos; b) e os setores que não apoiaram Reagan, Thatcher e outros neoliberais? Não houve nenhuma resistência da classe operária ou de alguma parcela dos trabalhadores? É sobre isto que falaremos agora, também de maneira sucinta.

Tanto o governo Reagan como Thatcher foram extremamente intransigentes com os trabalhadores e suas reivindicações. Para não nos alongarmos nos exemplos, vejamos o governo Reagan perante a greve dos controladores de tráfego em 1981:

"A atitude das autoridades frente à greve dos controladores de tráfego aéreo, em 1981, é um exemplo bem claro disto. Em apenas alguns dias de conflito seu sindicato, o PATCO, recebeu várias centenas de milhões de dólares em multas. Cento e cinquenta de seus membros foram levados aos tribunais, alguns sendo mesmo presos, por participarem de uma "greve ilegal". Por outro lado, 12.000 trabalhadores que se recusavam a obedecer à ordem do governo, de volta ao trabalho, foram demitidos" (Piquet, 1983:12).

No caso de Thatcher, lembremos a atitude do seu governo durante a greve dos mineiros de carvão na Inglaterra. A greve, que durou quase um ano entre 1984-1985, visava impedir o fechamento de alguns poços. Porém,

"...eles esbarraram num governo conservador decidido a não ceder em nada, e que desde sua instalação em 1979 tomou medidas de limitação do poder dos sindicatos" (Brunhoff, 1991:50).

Mais que em outros governos, no tocante ao capitalismo desenvolvido, a implantação do neoliberalismo nos Estados Unidos e na

Inglaterra contou com uma grande intransigência e repressão contra os trabalhadores. No caso particular dos Estados Unidos, há que se levar em conta que nunca houve fortes partidos de esquerda e social-democrata que dirigissem as lutas contra a política neoliberal. Para Golebiowski:

“Nos Estados Unidos, a burguesia confia a função de proporcionar apoio básico ao movimento da classe operária e de transmitir a sua ideologia às massas, aos partidos burgueses e dirigentes sindicais, os quais são os mais reacionários que o movimento da classe operária jamais conheceu” (Golebiowski, 1977 :73).

Não é por acaso que Brunhoff ressalta que a implantação das políticas neoliberais nos Estados Unidos ocorreu numa situação bem diferente do *New Deal*. Nos anos de 1930, houve movimento social em apoio à adoção das políticas estatais da época, que melhoraram em parte a vida da classe trabalhadora. No início dos anos de 1980, nenhuma grande greve, inexistência de marchas contra a fome e sem a criação de sindicatos novos.

Prosseguindo ainda em relação aos Estados Unidos, é bom recordar, como já foi indicado, que este país sempre teve uma tradição liberal muito grande, deixando entreaberta a porta para o neoliberalismo. Para se ter uma idéia, oito de cada dez economistas que serviram aos governos Reagan e Bush foram alunos de Milton Friedman (Serkles, 1993), ou seja, já existia a Universidade de Chicago com quadros neoliberais e idéias para trabalharem na produção e difusão da ideologia.

Para aumentar mais o prestígio de Reagan, a taxa de desemprego baixou de 11% em 1982 para 7% em 1984, já no seu primeiro mandato. Que este fato tenha ocorrido via despesas militares e que o crescimento econômico de 1983-1984 gerou um grande déficit orçamentário do Estado, isto não foi levado na devida conta (Brunhoff, 1991).

Estavam dadas, assim, as condições para o furor neoliberal. Na esteira de Reagan e fortalecidos com sua “performance”, além de Thatcher, vamos encontrar Giscard d’Estaing e Chirac na França, liberais na Itália, Alemanha e Canadá, Sá Carneiro e depois Cavaco Silva em Portugal (Moreira, 1989). Até líderes considerados não neoliberais como Mitterrand e Craxis, afirmaram que a política de Reagan era muito importante e que se deveria tirar lições da mesma (Navarro, 1991).

Os partidos e governos "socialistas" e social-democratas, porém, não ficaram somente nos discursos. Ou adotavam políticas neoliberais ou caíam no ostracismo das classes dominantes, como foi o caso da Suécia onde o partido social-democrata, que ocupava o governo desde 1932, cedeu lugar à direita entre 1976 e 1982 (Ruin, 1991). Na França, eleição dos gaullistas de direita com Jacques Chirac como Primeiro Ministro em 1986 (King, 1988). Entretanto, além da moda Reagan temos que lembrar que muitos governos de porte não neoliberal já vinham aplicando, em parte, um receituário semelhante. Daí os desgastes e as derrotas da social democracia (ou congêneres) em Portugal, Alemanha e Inglaterra. Pressionados pela crise, estes governos explicitaram sua natureza de classe e aplicaram os denominados planos de austeridade: Callaghan na Inglaterra em 1974, Mário Soares em 1975 e 1978 em Portugal, etc (Sertac, 1983).

Na era Reagan, contudo, o apoio ao neoliberalismo ficou mais explícito. Assim, nas eleições de 1983 na Inglaterra, o grupo hegemônico do Partido Trabalhista respaldou direta e/ou indiretamente a reeleição de Thatcher, boicotando as bandeiras do partido e criticando-as publicamente, esvaziando manifestações contra o desemprego e pregando a derrota dos trabalhistas (Grogan, 1983). Na França, o governo Mitterrand a partir de 1988 passou também a praticar o neoliberalismo e a constituir-se, para usar a expressão de Lipietz, a esquerda do modelo (Lipietz, 1991).

Poder-se-ia perguntar se também nesses países não existiu nenhuma resistência. É claro que sim, porém, dada a dubiedade da social-democracia e sua presença no movimento operário, bem como sua falta de alternativa devido ao fracasso das políticas keynesianas, os trabalhadores não conseguiram barrar totalmente as políticas neoliberais. O clima geral de recessão com seus estragos sobre a organização e a concorrência internacional de força de trabalho barata, certamente também contribuíram para a inexistência de ações mais massivas e unificadas a níveis nacional e internacional. Alguns protestos operários localizados, mobilizações dos denominados funcionários públicos, reivindicações estudantis na França, por exemplo (Lipietz, 1991), não foram suficientes para acabar de imediato com a era Reagan. Para seu sucesso maior só faltava a Igreja Católica, que via Papa João Paulo II, apoiou a política externa americana, seja na Polônia ou esvaziando a Teologia da Libertação na América Latina.

2. A esfinge neoliberal

Lipietz em 1989 refere-se a uma visão de mundo liberal-produtivista (Lipietz, 1991). Offe chama a atenção para o que ele aponta como teoria conservadora do Estado e da sociedade, teoria conservadora e liberal conservadora em 1979 (Offe, 1984). Logo depois, ou seja, em 1984, aponta o que ele considera a direita e análise conservadora, análise liberal-conservadora ou mesmo ortodoxia econômica e político-social (Offe, 1991). Bobbio, por sua vez, centra parte de sua análise no neoliberalismo, nos novos liberais, na direita e nos liberais-liberistas num trabalho de 1981 (Bobbio, 1986). No caso de Brandão, em 1991, ele prefere enfatizar sua análise no paradigma político-econômico neoliberal (Brandão, 1991). Brunhoff, num primeiro momento, isto é, em 1976, critica a corrente liberal (Brunhoff, 1978). Em 1986 ela utiliza um conjunto de termos como dogma neoliberal, novos economistas, novos liberais, novas correntes liberais, novo liberalismo econômico, novos ortodoxos, ideologia da contra-reforma, ideologia neoliberal, ideologia ortodoxa, ideologia do *Big Market*, política neoliberal e outros na mesma direção (Brunhoff, 1991). Macpherson em 1979 escrevia sobre pluralismo conservador, revisão conservadora da teoria do equilíbrio e pluralismo possessivo e em 1985 tece considerações sobre o que chamou de liberalismo previdenciário (MacPherson, 1991). No caso de Oliveira, embora não seja o centro das suas preocupações, em 1988 ele estabelece ligações entre reação conservadora, direita, ataque da direita e tese neoliberal (Oliveira, 1988). Por sua vez, Przeworski e Wallerstein, em 1982, apontam mais claramente para o aspecto político e ideológico com termos como teoria da direita, economistas de direita, nova economia, programa de direita e ofensiva de direita (Przeworski, 1988). Já Coutinho, em 1988, privilegia ângulos específicos como ideologia privatista e ideologia antiestatista (Coutinho, 1988). Diferente são os níveis abordados por King em 1987 que, além de governos ideologicamente conservadores, conservadorismo ideológico e nova direita, ainda completa suas referências ao falar de teóricos da nova direita (King, 1988). Clarke, em 1990, coloca mais ou menos no mesmo plano e indica a direita e o neoliberalismo (Clarke, 1991) e Vacca, em 1991, põe a tônica no pensamento e na ofensiva neo-conservadora, no neoliberalismo e nas forças conservadoras (Vacca, 1991). Esping-Andersen restringe-se, em 1990, ao neoliberalismo (Esping-Andersen, 1991) e Navarro, em 1988, acrescenta a isto o que ele denomina de política de austeridade, política estatal anti-*welfare*,

governos conservadores e estratégia neo-liberal (Navarro, 1991). Taylor-Gooby, em 1989, utiliza as expressões direita, forças conservadoras de direita, privatização e governo conservador de direita, bem como “nova direita”, economia política da “nova direita” – aspas dele (Taylor-Gooby, 1991). Neiva Moreira (Moreira, 1989) escreveu um artigo denominado nova direita e, finalmente, Habermas, em 1981, refere-se à corrente neoconservadora ou mesmo vertente de direita (Habermas, 1979).

O conjunto de termos e expressões apontados anteriormente deixa uma certa sensação de caleidoscópio. Entretanto, nos leva, direta e/ou indiretamente, para a decifração da esfinge neoliberal. Para se conseguir tal objetivo, é necessário que esquematizemos um pouco a exposição e sigamos por partes. A primeira coisa a deixar claro é que estamos usando o conceito de ideologia como uma visão deformada do real. Depois também recordar que a ideologia neoliberal nasceu como uma resposta à crise da década de 1970. E esta resposta encontrou um terreno fértil, dentre outras coisas, devido às seguintes razões:

1. os setores mais à esquerda, no período da crise, não conseguiram propor nenhuma alternativa fora dos campos da social-democracia e do chamado socialismo real (Clarke, 1991);
2. a política keynesiana não foi capaz de resolver os dois problemas básicos do capitalismo no início dos anos de 1970: aumento gradual da taxa de inflação e declínio progressivo da taxa de crescimento (Przeworski, 1988);
3. a crise não foi prevista por economistas e nem pelos peritos governamentais, levando a impotência dos mesmos à desconfiança das teorias econômicas dominantes. Num segundo momento, foi gerada também uma própria crise na política econômica (Brunhoff, 1978);
4. a direita neoliberal teria um nível teórico melhor que as direitas tradicionais (Offe, 1984);
5. como a esquerda era identificada com a associação direta entre público e Estado, o desequilíbrio entre os dois propiciou aos conservadores aparecerem como inovadores ao proporem menos Estado e mais mercado (Vacca, 1991);
6. a esquerda teria apoiado inadvertidamente algumas críticas ao Estado do bem-estar para King (King, 1988). Aliás,

este apoio não circunscreveu-se ao mero discurso. Governos considerados de esquerda (?) como os "socialistas" e social-democratas, como já vimos, aplicaram em muitos casos a política econômica neoliberal;

7. finalmente, o discurso impreciso e genérico dos neoliberais beneficiou suas críticas ao Estado (Almeida, 1988).

2.1. O Jovem Liberalismo e o Neoliberalismo

Uma das maneiras de destacar as particularidades do neoliberalismo, é compará-lo, inicialmente, com o liberalismo clássico. Para o que nos interessa, enfatizaremos, sinteticamente, três elementos básicos, no caso, os fundamentos econômicos, o papel do Estado e as classes dominadas.

Mesmo ressaltando a diversidade do liberalismo, Bobbio aponta núcleos centrais como o mercado sendo o centro da atividade econômica e o Estado com um mínimo de intervenção. Além disto, o autor lembra que no liberalismo clássico o indivíduo ocupava o posto mais importante na escala de valores.

O Estado, na verdade, só deveria intervir para garantir a propriedade privada, a ordem interna e externa, bem como estatuir os contratos e fazer cumprí-los. Nas palavras de Leclercq:

"Do ponto de vista do Estado isto significa que ele só terá três deveres: proteger a propriedade contra a violência (dos não possuidores, dos invasores), definir o quadro contratual e assegurar o seu respeito através de uma boa administração da justiça e, por fim, executar e assegurar a manutenção dos trabalhos públicos que não interessem à iniciativa privada" (Leclercq, 1981:42/43).

Assim, o Estado não deveria atrapalhar a sociedade harmônica formada por indivíduos atomizados e racionais (uma parte deles). Equilíbrio econômico, liberdade para acumular e harmonia política andariam juntas. O enriquecimento individual, pelo trabalho, levaria ao enriquecimento da nação.

Fica claro, por conseguinte, que, desde que seja para proteger a propriedade privada o Estado não só pode, como deve, intervir.

Macpherson divide o liberalismo em dois grandes campos, mesmo reconhecendo a grosso modo, os pontos centrais que enunciamos

anteriormente. Tomando como referência o pluralismo e o individualismo, o autor refere-se aos dois grandes blocos. Assim, de um lado estaria o que ele denomina de individualismo possessivo, inclusive já analisado extensamente pelo mesmo em um outro livro (Macpherson, 1979). Neste modelo o indivíduo é visto como maximizador e consumidor de utilidades, tendo isto origem em Hobbes, Locke, Adam Smith, Bentham, James Mill e outros. O autor também alinha no mesmo sentido o que ele chama de principal corrente do pluralismo americano, que teve sua origem nos séculos XVIII (Madison) e XIX (Tocqueville). Floresceu no século XX com Bentley, Schumpeter, Dahl, Almond e outros, bem como nos estudos de comportamento eleitoral: Berelson, Lazarsfeld, etc. Os grupos de pressão e os partidos competidores equilibrariam a oferta e demanda de bens políticos. Os líderes partidários seriam os empresários e os eleitores os consumidores. Os eleitores não decidiriam sobre as políticas, mas poderiam escolher pessoas para tais tarefas, ou seja, estariam excluídos de maior participação.

O segundo grupo, que Macpherson aponta como individualismo desenvolvimentista, envolveria agrupamentos diversos como John Stuart Mill, Robert MacIver, John Dewey e outros. O que os unificaria, seria ter em John Stuart Mill a principal referência. Desta feita, a essência do indivíduo estaria em desenvolver suas potencialidades e faculdades humanas, daí ser humanista: desenvolvimento humano e não consumidor de utilidades.

Embora Macpherson aponte particularidades em John Stuart Mill, ele lembra que o mercado seria para o pensador inglês a condição de potencialização do indivíduo (Macpherson, 1991). Além do mais, o próprio John Stuart Mill deixa bastante claro que a liberdade vai só até ao ponto de não interferir na sagrada propriedade privada:

“Ninguém pretende que as ações devam ser tão livres como as opiniões. Pelo contrário, mesmo as opiniões perdem a sua imunidade quando as circunstâncias em que se exprimem são tais que a sua expressão constitui um incitamento positivo a algum ato nocivo. A opinião de que os comerciantes de cereais matam à fome o pobre, ou a de que a *propriedade privada* (Gr. nosso) é um latrocínio, não devem ser molestadas quando simplesmente veiculadas pela imprensa, mas podem incorrer em pena justa quando expostas oralmente, ou afixadas sob a forma de cartaz, em meio a uma turba excitada, reunida diante da casa de um comerciante de cereais” (35:97).

Aliás, é também o mesmo Macpherson que em outro trabalho lembra que John Stuart Mill oferecia resistência ao sufrágio universal (Macpherson, 1978). Para os liberais clássicos, portanto, direito de voto somente para as classes dominantes: Locke, por exemplo, considerava que os escravos não eram cidadãos, já que não tinha propriedade (Locke, 1973). Para os explorados, o máximo que se poderia ter seria o que Tocqueville chamava de "caridade cristã aplicada à política", isto é, o Estado não deveria intervir no sentido do que hoje é chamado de política social:

"Não há nada disso que dê aos trabalhadores um direito sobre o Estado; não há mais que a força do Estado colocando-se no lugar da previsão individual, no lugar da economia, da honestidade individual; não há nada nele que autorize o Estado a imiscuir-se nas indústrias, a impor-lhes regulamentos, a tiranizar o indivíduo para melhor governar, ou, como se pretende com insolência, para salvá-lo dele; não há mais que cristianismo aplicado à política" (Tocqueville, 1988:165).

Não obstante os itens sintéticos apontados no que se refere ao jovem liberalismo, há uma concordância entre inúmeros críticos do neoliberalismo quanto a uma diferença central. Lipietz, por exemplo, afirma:

"...há uma grande diferença entre o liberalismo do século XIX e o liberal-productivismo de hoje. O liberalismo do século XIX almejava assegurar a felicidade coletiva encorajando cada um a buscar o enriquecimento individual. Era um liberalismo "utilitarista", "hedonista". Dava uma meta ao progresso técnico e à livre empresa; meta que era a felicidade pelo enriquecimento de todos" (Lipietz, 1991:58).

Já Macpherson, a partir das distinções entre o individualismo possessivo e individualismo desenvolvimentista, associa o neoliberalismo muito mais ao primeiro. Afirma que Milton Friedman e Hayek enfatizam muito o indivíduo como consumidor e não, como John Stuart Mill, como um ser humano capaz de desenvolver suas faculdades (Macpherson, 1991).

O Estado para os liberais, como vimos, era entendido como externo à economia. No caso dos neoliberais, segundo Nakatani, ele perde qualquer especificidade e passa a ser encarado como qualquer organização humana. Desaparecem também as diferenças neoclássicas entre bens públicos e privados, já que somente haveria interesses individuais (Nakatani, 1983). Para Francisco de Oliveira, a categoria trabalho, importante em Adam Smith, fica subsumida nas relações monetárias (Oliveira, 1976).

2.2. Os Contornos Ideológicos

Como já afirmamos inúmeras vezes, a ideologia neoliberal surgiu como uma resposta burguesa à crise econômica na década de 1970. Num primeiro momento, são procurados os vilões da crise que no caso seriam o *Welfare State* e os trabalhadores organizados. Posteriormente, o campo ideológico vai ampliando-se para modelos teóricos (Nakatani, 1983), a família, a escola, aspectos culturais (Habermas, 1979) e outros níveis, até conformar uma espécie de visão de mundo ou paradigma societal como diria Lipietz (1991). Daí, a afirmação de Almeida quanto ao discurso genérico dos “antiestatistas” (Almeida, 1988). No entanto, é possível traçar os contornos e buscar suas origens, que estão principalmente em Milton Friedman e nos chamados “novos economistas”.

2.2.1. Friedman “Explica”

Antigo assessor e amigo do ex-ditador Pinochet e apoiador do governo racista da África do Sul (Suplicy, 1976), Milton Friedman é considerado por muitos o pai do neoliberalismo. Suas idéias econômicas, embora com raízes na teoria neoclássica (Brunhoff, 1991), conformaram o que passou a ser chamada a escola monetarista ou escola de Chicago. No centro da sua proposta, a moeda deveria substituir o trabalho como o núcleo dos estudos econômicos (Oliveira, 1976). E é baseado nisto que Friedman, direta e/ou indiretamente, aborda uma série de questões no seu livro *Capitalismo e Liberdade* (Friedman, 1984). Vejamos algumas jóias (não raras) que nos interessam mais de perto:

1. a chamada liberdade econômica é parte e condição *sine qua non* para a liberdade no geral. É o capitalismo competitivo que somente possibilita a liberdade econômica;
2. o mercado é um componente central da liberdade e é através de contratos e cooperações voluntários que a atividade econômica deveria ser regida.
3. sobre o papel do governo, afirma:

“... a necessidade de manter a lei e a ordem para evitar a coerção de um indivíduo por outro; a execução de contratos voluntariamente estabelecidos; a definição do significado de direitos de propriedade, a sua interpretação e a sua execução; o fornecimento de uma estrutura monetária”

(Friedman, 1984:33). Mais na frente: "...promova a competição... suplemente a caridade privada e a família na proteção do irresponsável, quer se trate de um insano ou de uma criança; um tal governo teria, evidentemente, importantes funções a desempenhar. O liberal consistente não é um anarquista" (Friedman, 1984:39).

4. taxas de câmbio flutuantes, fluxo de despesas governamentais com estabilidade e fim dos monopólios. Neste último caso, se for impossível o impedimento, que os monopólios sejam privados e não estatais;
5. no caso da educação, dever-se-ia dar prioridade às empresas privadas e aos pais;
6. seria muito melhor oferecer dinheiro em espécie do que o Estado ter programas de habitação, já que ambas as formas seriam paternalistas. Além do mais, seriam grupos particulares que terminariam sendo beneficiados. A habitação estatal, por sua vez, propiciaria a delinqüência, pois haveria mais famílias por unidades de moradia e famílias com viúvas e mulheres separadas. Assim Friedman "explica" que o aumento dos adolescentes nestas condições levaria ao crescimento da delinqüência juvenil;
7. quanto às desigualdades, elas resultariam da escolha da profissão, da exposição aos riscos e da capacidade de cada um e derivariam do próprio princípio da liberdade. Daí, ser errado o governo cobrar impostos progressivos, assim como efetuar taxações sobre as heranças, mesmo porque os tributos seriam burlados em função das "brechas" da lei. Em outras palavras, seriam prejudiciais e inúteis;
8. o seguro para velhice, então, como supõe contribuições obrigatórias ao Estado, seria uma invasão à vida pessoal. Criaria também privilégios, já que, na prática, uma parte financiaria a outra. Melhor seria, que as contribuições não fossem obrigatórias e que se deixasse a atividade para as empresas privadas;
9. no tocante ao racismo, Friedman assegura de pronto sua discordância, mas... posiciona-se contra a legislação inibidora do assunto, pois isto desrespeitaria a vontade da comunidade, tiraria a liberdade econômica de contratar

quem se quisesse, prejudicando a atividade das empresas e os consumidores;

10. os sindicatos, que são classificados como monopólio do trabalho, não melhorariam a vida da classe trabalhadora por algumas razões como: somente uma minoria seria sindicalizada, tirando a representatividade das entidades; os aumentos salariais atingiriam apenas um reduzido número de pessoas e provocaria o desemprego. Relacionando a esta "causa" do desemprego, Friedman assegura que também o salário mínimo estabelecido pelo governo, traria a mesma "conseqüência".

Os dez mandamentos de Friedman que apontamos, bem como outras "explicações" suas, mostram claramente que para ele o centro de tudo é o mercado. O Estado, seria para proteger a propriedade privada. Quando o Estado se afastasse deste dogma interferindo em outras áreas, provocaria efeitos contrários, tiraria a liberdade dos indivíduos, produziria custos altos no seu desempenho e não alcançaria o que estava programado.

Em um livro mais recente, no caso *Liberdade de Escolher*, escrito com sua esposa, Friedman ataca novamente e expõe seu "novo testamento" sobre o neoliberalismo (Friedman, s/d). Além das "brilhantes" conclusões, como a inflação sendo derivada do desequilíbrio da moeda frente ao volume de bens e serviços e a crítica ao Estado por criar leis que protegeriam os sindicatos, o livro apenas reproduz de forma atualizada as conclusões de *Capitalismo e Liberdade*. Assim, o sindicato aparece como fonte de poder e fator de aumento de empregos na burocracia, agravado pelo fato de que os empregados do governo receberiam salários bastante altos. Finalmente, os funcionários governamentais teriam o privilégio da estabilidade e, o mais grave, tudo isto às expensas dos consumidores.

A síntese do pensamento e das "explicações" de Friedman são importantes porque permitem tirar algumas conclusões, como: o seu novo livro mostra claramente que não foi só em *Capitalismo e Liberdade* que os neoliberais mais recentes buscaram suas fontes ideológicas; a amplitude do assunto tratado (racismo, delinquência, etc.), permitiu e estimulou a elaboração de um espectro maior do modelo, saindo-se, como já frisamos, do estreito círculo do economicismo. Aliás, esta diferença é que denotaria sua particularidade frente ao método marginalista na conclusão de Nakatani (1983). Assim, não é

de surpreender a inebriante emoção com que Serkles, da revista *Veja*, descreve sucintamente algumas conclusões extremamente “importantes” e “originais” da Escola de Chicago sobre o cotidiano. Citemos algumas e seus respectivos “gênios”: Thomas Phillipson sugeriu ao governo americano que a propaganda contra a AIDS seria mais eficaz onde a população não tivesse informação; Gary Becker e Kevin Murphy mostraram que se o preço da droga aumentar o vício diminuirá a longo prazo; Gary Becker e seus discípulos “descobriram”, dentre outras coisas, que na área rural o filho vai ajudar os pais e a chance de aumentar a renda familiar é bem maior (Serkles, 1993).

2.2.2 A Liberdade de Ir e Vir: da Economia para a Política e vice-versa

Já que o Estado seria um agente como outro qualquer, incluindo-se aí as concepções ideológicas sobre a intromissão indevida, os custos altos de suas atividades, os resultados inúteis e a burocracia estatal como um mero grupo com interesses particulares (Nakatani, 1983), nada mais lógico para os neoliberais que propor uma reorientação do papel do Estado e particularmente do governo. E como os trabalhadores, em especial os organizados, estariam ganhando muito bem, prejudicando os consumidores e criando expectativas em demasia tornando impossível a governabilidade, então, o desdobramento mais coerente seria a repressão e o arrocho salarial.

Faltava, porém, uma estrutura institucional que levasse a cabo tão nobres tarefas. As vitórias de Thatcher em 1979 e de Reagan em 1980 (e as respectivas reeleições), serviram de modelo não somente para vários governos mas também para órgãos como o FMI, Banco Mundial e OCDE (Lipietz, 1991). Sob as siglas de privatização, desregulamentação e desnacionalização, vamos encontrar uma série de medidas diretamente relacionadas, como:

1. exemplos específicos nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha:
“Desregulamentação’ dos transportes aéreos, desmantelamento do ATT (American Telephon and Telegraph), nos Estados Unidos. Venda de uma parte do capital das sociedades nacionais ‘British Aerospace’ e ‘British Telecom’ para acionistas privados, na Grã-Bretanha” (Brunhoff, 1991:170).
2. redução e/ou reorientação das chamadas políticas sociais para os grupos de renda mais baixa (Taylor-Gooby, 1991 e

Navarro, 1991) e aumento das despesas militares (Brunhoff, 1991);

3. aumento da taxa de juros (Brunhoff, 1991);
4. rigor orçamentário, com exceção das despesas militares, como já apontamos (Brunhoff, 1991);
5. revisão dos impostos etc.

Como a “desestatização” já vinha ocorrendo antes dos anos de 1980, o que é específico no neoliberalismo é o fato de ser uma política massiva, de conjunto e de aliar a isto a repressão aos trabalhadores, como ressalta Brunhoff (1991). Assim, é que fica claro o endurecimento dos governantes neoliberais como os exemplos já citados de Reagan e Thatcher. Redução dos chamados direitos sociais dos trabalhadores, arrocho salarial, endurecimento nas greves, deslegitimação dos sindicatos como canais de interlocução (Lipietz, 1991) e, por que não?, um pacote ideológico, como: a) o empregado é protegido, devido à concorrência, por vários empregadores como diz Friedman (1984); b) ainda segundo ele, o desemprego é natural e não um efeito de crise (Brunhoff, 1991); c) os operários e trabalhadores mais organizados seriam mais favorecidos e menos solidários com os demais, isto é, seriam egoístas, corporativos e somente veriam os seus interesses particulares (Brunhoff, 1991); d) os acidentes de trabalho seriam devido à negligência dos operários, daí a não validade da indenização etc, etc (Brunhoff, 1991).

O conjunto de elementos econômicos e ideológicos, chegou a esboçar, nas palavras de um autor como Lipietz (1991), um novo modelo de desenvolvimento econômico. E ligado a isto, é o próprio Lipietz que aponta o que ele analisou como paradigma societal do liberal-produtivismo. Nas suas palavras, embora a citação seja longa:

- “a ênfase do imperativo técnico-econômico produtivista tornado ‘categórico’, com o enfraquecimento da própria idéia de uma escolha explícita de sociedade, decorrente da democracia (investe-se porque é preciso exportar, exporta-se porque é preciso investir);
- uma fragmentação da socialidade, a empresa desempenhando diretamente o papel outrora atribuído à pátria (todos se ajudarem mutuamente contra os concorrentes) e o mercado mundial tornando-se o meio-ambiente;
- uma grande variedade de formas de integração do indivíduo com a empresa, indo da pura disciplina até a ampliação

negociada, mas sempre a título individual, com o desaparecimento de toda individualidade coletiva (solidariedade de classe, de profissão);

- um recuo geral das solidariedades de tipo administrativo ligadas ao fato de pertencer a uma coletividade nacional, devendo a 'sociedade civil' (ou seja, a família) encarregar-se do que o Estado-Providência não pode mais garantir" (Lipietz, 1991:6).

Nesse jogo hobbesiano de todos contra todos e onde alguns são melhores que outros no mercado, naturalmente que os trabalhadores (do ponto de vista ideológico) e o trabalho como tal perdem a sua importância (Brunhoff, 1991), já que não passam no "vestibular" da "seleção natural". Por isto é que Lipietz afirma que o fordismo era organicista e o neoliberalismo é hierárquico, isto é, a maioria estaria fora do chamado "jogo da livre-empresa". Daí Friedman afirmar que há um conflito potencial entre a liberdade e a igualdade, e que no caso de escolha deve-se optar pela primeira: a liberdade (de acumular, diga-se) sempre deve estar acima da tão decantada e inexistente justiça econômica e social.

Mas a ideologia neoliberal, em que pese o grande charme para a burguesia e os desavisados, termina traindo-se pelo passado que a condena: o liberalismo. Assim, é que podemos compreender que simultaneamente a um apelo supostamente modernizante encontramos também um insistente convite ao passado. É neste sentido que Habermas ressalta que em épocas de recessão a crise aparece de outra forma. Além de uma pressão no sentido da "ética do trabalho" (conformismo para os trabalhadores), temos outro elemento ideológico. Segundo ele:

"A outra direção que hoje exige um 'dispêndio ideológico' é a que se volta para uma revitalização de virtudes e valores tradicionais, em primeiro lugar do elemento privado em-ou apolítico, que tem o seu reflexo literário num novo subjetivismo, num renascimento certamente agradável da lírica e do romance no lugar de obras crítico-analíticas da época histórica, especializadas, sociológicas e politológicas" (Habermas, 1979:135).

Essa tentativa de volta ao passado se dá, inclusive, de uma maneira bastante dogmática. Referindo-se ao economicista americano L. Thurow, diz Brunhoff:

"Trata-se, diz ele, de um retorno ao passado, análogo ao *fundamentalismo* (Gr. nosso) que se observa em religião" (1991:8).

Podemos afirmar a grosso modo, por conseguinte, que o neoliberalismo consegue aliar *tradição* (liberalismo, escola econômica neoclássica, etc.), *família* (executando as tarefas que eram do *Welfare State*) e *propriedade* (principal papel do Estado).

2.2.3. A Cura pelo Neoliberalismo

Não devem causar surpresa, após o que analisamos anteriormente, as estratégias neoliberais para a crise. Offe nos dá várias indicações a este respeito e nos guiaremos, fundamentalmente, por ele (Offe, 1984).

A terapia neoliberal guarda consonância com o seu tipo de diagnóstico da crise, daí, antes ser necessária uma síntese do mesmo. Para os neoliberais, o fracasso do *Welfare State* e o problema da governabilidade estariam ligados diretamente a dois aspectos centrais: a) inflação e excesso de direitos sociais e de expectativas geradas pelos partidos políticos, criando frustrações e impossibilidades do Estado de satisfazê-las, o que poderia levar a problemas sociais bastante graves; b) as garantias da liberdade econômica e política para serem absorvidas pelo Estado implicam mudança das regras jurídicas, o que se relaciona diretamente com a capacidade de direção deste mesmo Estado (Offe, 1984).

Para o primeiro caso, a terapia proposta pelos neoliberais é a seguinte:

1. *mudança de instância*, ou seja, desviar na economia as exigências para o mercado: privatizações, desmantelamento das exigências "exageradas" dos sindicatos, etc.;
2. *controle no lugar de origem*, visando desenvolver normas e valores como autocontrole, disciplina e sentimento de comunidade e formação de consciência que combata os valores progressistas. Exemplos típicos disto seriam treinamento profissional das empresas, ataque à liberdade de imprensa, fortalecimento da influência dos pais nas escolas e disciplinamento dos professores de estudos sociais e políticos;
3. criação de *mecanismos de filtragem*, mais relacionados aos sistemas políticos-administrativos. Assim, as exigências são

classificadas e filtradas como aceitáveis, viáveis e admissíveis. Criando-se instâncias suprapartidárias, como foi o caso do Supremo Tribunal Federal ou do Conselho de Especialistas na antiga Alemanha Ocidental, define-se o que é "bem comum" e se propõe a moderação das aspirações.

No tocante ao segundo aspecto, no caso a elevação da capacidade de direção do Estado, Offe divide a estratégia em dois níveis: o administrativo e o político.

Sobre o nível *administrativo*, o autor dá o exemplo do Partido Social Democrata Alemão visando a: ampliação da participação do Estado do PNB via maior quantidade e atuação no campo fiscal; reordenamento organizacional com reformas setoriais e funcionais, indicadores sociais, etc. na formulação das políticas governamentais e planejamento de longo prazo.

No nível *político*, que seria mais presente nos partidos "socialistas" e social-democratas, a principal atuação visa o estabelecimento de alianças institucionalizadas do Estado com sindicatos, associações e outros órgãos.

É evidente que não podemos assimilar tão mecanicamente uma política e ideologia neoliberais com os partidos "socialista" e social-democrata. Entretanto, as ressalvas de Offe vão na direção das tentativas de terapias, o que em muitos casos, além da política de austeridade, apontam conexões importantes como é o exemplo do controle social das expectativas.

Com a visão global de Offe (1984), é possível vincular algumas observações mais específicas de autores como Bobbio (1986). Para se ter uma idéia, critica os neoliberais por responsabilizarem a democracia pelos problemas de governabilidade e exigirem (no discurso, a nosso ver) mais mercado, menos direito e participação. Macpherson (1991), por sua vez, denuncia a proposta de reduzir os chamados direitos políticos e civis em troca de maior crescimento econômico. Isto seria possível através de uma troca compensatória, ou seja, o que se convencionou chamar de *trade-offs*. Por fim, e para não nos estendermos em demasia nos exemplos, Habermas (1979) refere-se ao dispêndio ideológico dos neoliberais em duas direções: conformismo e submissão no trabalho e, como já sublinhamos, a volta ao passado.

3. Depois do furor, o fracasso

Desemprego, impostos, problemas de saúde e educação, estatais e queda do nível de vida, foram os temas centrais da campanha eleitoral em 1992 nos Estados Unidos. Algumas “propostas” do candidato vitorioso: promoção dos direitos humanos e da democracia, reversão do aumento da pobreza, etc. A vitória de Bill Clinton sobre o neoliberal George Bush não significou apenas mais um monótono rodízio dos dois partidos de direita nos Estados Unidos. Ao contrário, tornou público o que muitos não queriam e não conseguiam ver: o início do fracasso do neoliberalismo. E mesmo sabendo-se do caráter demagógico da campanha, bem como da recente decadência de mais uma ideologia burguesa, é importante e possível delinear as raízes do fracasso em suas grandes linhas, o que faremos a seguir.

A primeira razão que podemos destacar refere-se ao papel *dispersivo* da ideologia neoliberal, isto é, não conseguiu cimentar a unidade da direita e das classes dominantes. Tanto é verdade que Clinton tem o apoio de parte dos grandes capitalistas (Tyson, 1993). E por que não unificou? Vejamos alguns elementos importantes:

1. os próprios ideólogos, como indica Offe (1984), não tinham consenso sobre algumas questões. No tocante aos aspectos culturais e ideológicos que deveriam fornecer as normas para os limites da chamada inflação de expectativas, por exemplo, havia divergências. Daí, para o autor, o apelo a um passado fictício e repressão aos conflitos. Sobre o entendimento da crise e as maneiras de superá-la:

“As explicações para a crise política da ingovernabilidade são tão ecléticas, como são desconexas e arbitrárias as terapias propostas” (Offe, 1984);

2. em outro trabalho, Offe retoma o raciocínio e diz que estavam muito presentes as diferenças ideológicas globais. Além do mais, existiam indisposições para se abolir as “transferências especiais, subvenções e instituições de segurança social de que tiram proveito *pessoalmente*” – Gr. de Offe (1991:121). Assim, a própria mentalidade particularista e corporativista da direita e da burguesia contribui com a não unificação;

3. a multiplicidade de temas tratados pelo neoliberalismo gerou discordâncias como as ocorridas no partido conservador inglês e citadas por Taylor-Gooby (1991): a) a velha direita, como se refere o autor, preferia a disciplina e a hierarquia, ao passo que a nova direita propugnava a liberdade de mercado; b) esta dava ênfase à liberdade (como ela entendia, é óbvio), enquanto que a primeira privilegiava a tradição e a obrigação como valores morais. Daí as tentativas do partido em tentar a conciliação entre um individualismo de mercado com a política de desigualdade e a dependência familiar;
4. a gestão do Estado capitalista cindiu-se na base de sua estrutura, ou seja, a nível nacional havia uma política neoliberal e no plano local uma orientação diferente. E isto tanto de políticos profissionais que passaram a defender mais explicitamente o *Welfare State* nos Estados Unidos e na Europa, como ressalta Navarro (1991), como da própria direita (Lipietz, 1991);
5. evidentemente que para o caráter *dispersivo* do neoliberalismo contribuíram também outros aspectos, como: a) a natureza *demagógica*, onde se falava da retirada do Estado da economia e, ao mesmo tempo, aumentavam-se cada vez mais os gastos militares e o mesmo Estado atuava em muitas áreas fornecendo subsídios e compras às empresas privadas; a ineficácia ao se adotar uma política keynesiana (aumento dos chamados gastos públicos e do *déficit* federal, etc.), fazendo outro discurso (Navarro, 1991), e não obtendo os resultados prometidos; c) a ineficiência, pois não houve um tratamento adequado à quebra da bolsa em 1987 (Clarke, 1991) e nem à crise econômica do ponto de vista global, inclusive, gerando problemas para algumas empresas americanas (Tyson, 1993).

A segunda razão geral do fracasso do neoliberalismo refere-se ao fato de que a ideologia não teve um caráter ativo na *organização e mobilização da classe trabalhadora*, como lembra Offe (1991). In-diquemos alguns elementos:

1. a resistência dos trabalhadores, apesar de derrotada a curto prazo, dificultou a criação de um respaldo popular para o neoliberalismo;
2. a inexistência de um instrumento próprio que possibilitasse a organização e a mobilização, como é o caso por excelência de partidos políticos fortes e unificados internamente ou algo do gênero. Como o neoliberalismo desprezou e descredenciou os partidos considerando-os culpados pela "inflação de expectativas", ficou destituído deste canal de hegemonia. Finalmente, e diferente do fascismo, o neoliberalismo não chegou a ostentar uma tropa de choque que inibisse o bastante os adversários.

4. Final infeliz: notas sobre o neoliberalismo e a política na América Latina e no Brasil

Embora em termos dos países do chamado primeiro mundo o neoliberalismo não tenha se materializado em regimes ditatoriais, o mesmo não aconteceu na América Latina. O centro da acumulação de capital, em que pese a recessão, ainda tinha reservas para oferecer algumas migalhas à maioria dos trabalhadores. E caso a crise se alastre, já se tem um outro vilão, no caso os trabalhadores migrantes. Além do mais, as melhorias obtidas como o *Welfare State*, permitem, temporariamente, que o "povo aperte o cinto."

Na América Latina, contudo, os desdobramentos, mesmo com variações, estão ficando claros. Diferentemente das décadas de 1960 e 1970, marcadas por ditaduras, os anos 80 vão caracterizar-se, fundamentalmente, pela denominada transição democrática (Portantero, 1992). Este início da década de 1990, entretanto, tem trazido situações diferentes. E embora o quadro seja recente, tentaremos traçar um perfil geral, bem como introduzir alguns elementos explicativos sobre o "nosso" neoliberalismo. Para tanto, coloquemos alguns itens introdutórios sobre as particularidades da América Latina:

1. falando genericamente, podemos afirmar que na América Latina tivemos apenas um *Welfare State* frágil ou quase inexistente, predominando o produtivismo e a atuação do Estado centrada mais na acumulação de capital (Portantero,

- 1992). As chamadas políticas sociais, pelo menos no Brasil, foram marcadas pela fragmentação, pelo clientelismo (Draibe, 1989), etc. Não havia, portanto, antes do neoliberalismo, praticamente nenhum Estado-Providência para desmontar como afirma Portantero (1992);
2. condicionadas pela situação estrutural, as respectivas burguesias nunca tiveram grandes iniciativas econômicas quando comparadas com suas parentes "modernas". Daí a relação mimética e simbiótica mais forte com o Estado, onde os favores deste cruzam-se com o corporativismo, o patrimonialismo e o clientelismo. Forçando um pouco a linguagem, é como se o Estado tivesse grande autonomia econômica e pouco raio de ação na política;
 3. a origem colonial, a reprodução da dominação pela dependência econômica, ideológica e política, levaram não somente a uma grande dívida externa, mas a uma cópia caricatural de modelos culturais e de comportamentos cotidianos, embora geralmente questionados e defasados em relação aos centros produtores das diferentes modas.

Diante do exposto, é possível delimitar, mesmo que em suas linhas gerais, o perfil e algumas manifestações da ideologia do neoliberalismo na América Latina. O seu início, em relação ao Brasil, remonta, basicamente, a dezembro de 1974 e ao ano de 1975. Eugênio Gudín criticava o "vício" das empresas estatais brasileiras ao receber o prêmio de Homem de Visão, a 13 de dezembro de 1974 (Opinião, 1975). Na mesma linha de defesa da privatização, seu sobrinho e sucessor ideológico, Mário Henrique Simonsen afirmava, para empresários no Rio de Janeiro que 1975 seria o ano da chamada empresa privada. O jornal o *Estado de São Paulo* em março do mesmo ano publicou uma série de reportagens com o título de "Os caminhos da estatização", o que mostrava sua ação conjunta com os empresários, em especial os banqueiros. Esta onda privatizante, por sua vez, veio antecipar um artigo de Fernando Pedreira no mesmo jornal em novembro de 1975, onde o autor assegura literalmente que o Estado seria o verdadeiro opressor e explorador (através de sua burocracia) e não os grandes trustes (Singer, 1975).

É bem verdade que a ditadura de Pinochet em 1973 (devidamente assessorada por Milton Friedman), foi uma espécie de precursora do neoliberalismo na América Latina. Porém, foi através dos

denominados governos de transição na década de 1980 (Sarney, no caso do Brasil) que a ideologia neoliberal expandiu-se e consolidou-se como política oficial de Estado, ao lado da generalização da recessão no continente, ressaltada por Weffort (1992). Como afirma Herbert de Souza (Betinho) no que concerne ao Brasil, as classes dominantes reencontraram-se com o liberalismo devido à crise da ditadura (Souza, 1991).

Os discursos ideológicos, grande parte deles zelosamente aprendidos nas universidades americanas, e que no Brasil tiveram a Fundação Getúlio Vargas como centro (Rabelo, 1991), contudo, não poderiam criticar o “excesso de direitos” dos operários por uma simples razão: praticamente inexistem. Daí a virulência ter se voltado, fundamentalmente, contra os trabalhadores do Estado, sendo os mesmos taxados de burocratas incompetentes, marajás como dizia Collor, ou expressões semelhantes do governo Itamar e do atual, de Fernando Henrique.

Outros aspectos mais ligados à atuação do Estado também foram violentamente atacados, tais como: a) as empresas estatais, que seriam ineficientes, causadoras de prejuízos e gastadoras do “dinheiro do contribuinte”; b) os governantes não deveriam compactuar com o xenofobismo e sim “abrir a economia para o exterior”; c) a instabilidade econômica derivaria de políticas inadequadas, daí a necessidade de receitas monetaristas como corte de gastos e subsídios, etc. para estabilizar a economia (Kraychete, 1992).

Ao lado de tudo isso, os neoliberais apareceram como os modernos em detrimento dos atrasados (Collor em 1989, FHC em 1994, etc.). O conjunto do discurso, em especial o referente a um suposto Estado vilão, era adequado e bastante vantajoso para as classes dominantes como indica Kraychete (1992). Primeiro porque jogava toda a responsabilidade da inflação nas costas do Estado. Além do mais, justificava a transferência do patrimônio estatal para as empresas privadas. Finalmente, atribuindo-se todos os problemas ao Estado excluía-se o mercado da irracionalidade capitalista.

Por detrás dos discursos e da propaganda privatista na América Latina, porém, estavam, dentre outros, dois grandes objetivos: apoderar-se das estatais mais importantes, lucrativas, eficazes e competentes (Moreira, 1990), bem como pagar a dívida externa devidamente cobrada pela “polícia do capital financeiro internacional”, para usar a expressão de Brunhoff (1991) sobre o FMI. O que não se dizia,

era que os países do "primeiro mundo" não seguissem à risca o próprio discurso, já que praticavam o protecionismo, uma espécie de nacionalismo e forte defesa de seus interesses. Nos Estados Unidos, por exemplo, o governo americano chegou a impedir a venda de parte de uma empresa aos japoneses. Na Inglaterra da "dama de ferro", Thatcher procurou impossibilitar os árabes a adquirirem parte das ações da British Petroleum (Rabelo, 1991).

Se no princípio pode ter sido o verbo, as classes dominantes não se conformaram com o mesmo. Recessão, desemprego, arrocho salarial, desindustrialização, etc. (Weffort, 1992), "uniram" quase toda a América Latina. No caso específico das privatizações, entre amargo e irônico, Herbert de Souza mostrava, para usar suas palavras, "como matar uma estatal": produzir com eficiência e vender abaixo do preço; contrair dívidas no exterior; não investir em pesquisa e desenvolvimento e conter os investimentos programados; colocar afilhados civis e militares na direção das estatais; provocar os sindicatos; desenvolver os impasses até o absurdo e vender ou fechar (Souza, 1991).

Os discursos e a situação bastante conhecidos no geral, no início da década de 1990, têm trazido, todavia algumas variações. Por isto é que consideramos apressada a tentativa de generalização política feita por Hugo Blanco, a partir do recente golpe no Peru:

"Pareciera que asistimos hoy, en América Latina, a un regreso de los militares; los casos de Haití e Perú son producto de una misma dinámica pero hay también ruido de botas en Bolívia y Ecuador, e incluso rumores en Brasil y Argentina. Perú fue el eslabón más débil de la cadena, pero si la situación económica internacional persiste, serán necesarios otros golpes del mismo tipo que el de Perú para que la política neoliberal pueda continuar aplicándose; esto podría extenderse a otros países de América Latina" (Blanco, 1992:7).

Assim, para Blanco a continuidade da crise internacional requer, no caso da América Latina, regimes ditatoriais para o prosseguimento do neoliberalismo. O que temos visto, entretanto, são situações bastante diversas que envolvem desde o golpe no Peru, a ditadura civil disfarçada no México (Laurell, 1991), a pós-ditadura no Chile, a derrubada de Collor no Brasil, etc. Além do mais, o fracasso do neoliberalismo a nível mundial e o início da derrocada em algumas áreas da América Latina dificultam a uniformidade do processo. Como no Brasil (Kraychete, 1992), também no continente a burguesia é bem adepta do clientelismo e dos favores do Estado, ou seja, prefere um capitalismo sem risco nenhum (Portantero, 1992).

Ao que parece, em que pese a diversidade de situações e perspectivas, o que temos de mais comum na América Latina é uma crise geral bastante profunda e que foi intensificada com a recessão a partir de 1980. Estamos nos referindo ao caos generalizado apontado por Weffort: "lumpenização" das condutas que atinge a todas as classes sociais, violência urbana, prostituição, crimes de colarinho branco, etc (1992). Evidentemente que esta crise geral liga-se diretamente com as crises econômica e política como o próprio autor lembra muito bem.

Hoje temos um cenário em que setores da própria burguesia passam a questionar o neoliberalismo, como já ressaltamos no início deste trabalho. Para os socialistas e democratas resta fazer uma crítica mais séria e diferenciada ao neoliberalismo, superar a moda dos neos e dos pós e, mais uma vez, retomar a luta na construção de uma nova sociedade. Algumas tentativas eleitorais como no México e no Brasil, dentre outras, parecem apontar, com todas as limitações e concessões, algumas variantes de novas possibilidades. Não é o único caminho, mas sugere iniciativas diferentes da perplexidade e do caos dominante ainda atualmente.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. "Dossie Welfare State", em *Novos Estudos CEBRAP*, n° 22, outubro, Editora Brasileira de Ciências Sociais Ltda, São Paulo, 1988.
- BLANCO, Hugo. "Neoliberalismo y dictadura", em *INPRECOR*, n° 27, junho, 1992.
- BOBBIO, Norbert. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.
- BRANDÃO, André Augusto. "Liberalismo, neoliberalismo e políticas sociais", em *Serviço Social & Sociedade*, n° 36, ano XII, agosto, Cortez Editora, São Paulo, 1991.
- BRUNHOFF, Suzane de. "Crise capitalista e política econômica", em *A Crise do Estado (sob a direção de Nicos Poulantzas)*, Moraes Editores, Lisboa, 1978.
- _____. *A Hora do Mercado: crítica do liberalismo*. Editora da Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1991.

- CLARKE, Simon. "Crise do fordismo ou crise da social-democracia?", em *Lua Nova*, n.º 24, setembro, Editora Marco Zero Ltda, São Paulo, 1991.
- COUTINHO, Maurício. "Estatismo, concorrência, livre-empresa", em *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 72, outubro, Editora Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 1988.
- DRAIBE, Sônia e HENRIQUE, Wilnês. "Welfare State, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional", em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 6, vol. 3, Editora Vértice/ANPOCS, São Paulo, 1988.
- DRAIBE, Sônia M. "O 'Welfare State' no Brasil: características e perspectivas", em *Ciências Sociais Hoje*, Editora Vértice/ANPOCS, São Paulo, 1989.
- ESPING-ANDERSEN. "As três economias políticas do Welfare State", em *Lua Nova*, n.º 24, setembro, Editora Marco Zero Ltda, São Paulo, 1991.
- FREDMAN, Milton & FREDMAN, Rose. *Liberdade de escolher: o novo liberalismo econômico*. Editora Record, Rio de Janeiro, s/d.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. Abril S.A. Cultural e Industrial, São Paulo, 1984.
- GOLEBIOWSKI, Janusz W. *Ideologia e tática da social-democracia contemporânea*. Editorial Estampa, Lisboa, 1977.
- GROGAN, Brian. "A derrota do Partido Trabalhista", em *revista Perspectiva Internacional*, n.º 6, junho-julho, Editora Aparte, São Paulo, 1983.
- HABERMAS, Jürgen. "Crise de Democracia", em *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.º 8, fevereiro, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.
- KING, Desmond. "O Estado e as estruturas sociais de bem-estar", em *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 22, outubro, Editora Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 1988.
- KRAYCHETE, Gabriel. "O Impacto da política liberal na economia e na sociedade brasileiras", em *Cadernos do CEAS*, n.º 142, novembro-dezembro, Salvador, 1992.
- LAURELL, Ana Cristina. "A democracia no México: o primeiro será o último", em *Lua Nova*, n.º 24 setembro, Editora Marco Zero Ltda, São Paulo, 1991.

- LECLERCQ, Yves. Teorias do Estado. Edições 70, Lisboa, 1981.
- LIPETZ, Alain. Audácia: uma alternativa para o século 21, Editora Nobel, São Paulo, 1991.
- LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o governo. Abril S.A. Cultural e Industrial, São Paulo, 1973.
- MACPHERSON, C. B. A democracia liberal: origens e evolução. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.
- _____. A teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
- _____. Ascensão e queda da justiça econômica e outros ensaios: o papel do Estado, das classes e da propriedade na democracia do século XX. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.
- MILL, John Stuart. Sobre a Liberdade. Editora Vozes, Petrópolis, 1991.
- MOREIRA, Neiva. "A nova direita", em Cadernos do Terceiro Mundo, n° 122, ano XII, 1989.
- _____. "O perigo das privatizações", em Cadernos do Terceiro Mundo, n° 130, ano XIII, 1990.
- NAKATANI, Paulo. "A 'Nova Economia Pública' ou a agonia delirante do neoclassicismo", em Raízes, n° 2-3, v. 2, ano II, jan-dez, Campina Grande, 1983.
- NAVARRO, Vicente. "Welfare e 'Keynesianismo' na era Reagan", em Lua Nova, n° 24, setembro, Editora Marco Zero Ltda, São Paulo, 1991.
- O'CONNOR, James. USA: a crise do Estado capitalista. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- OFFE, Clauss. Problemas estruturais do Estado capitalista. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984.
- _____. Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho". Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco de. "Amar o dinheiro sobre todas as coisas", em jornal Movimento, n° 69, 25 de outubro, Edição S.A., São Paulo, 1976.

- _____. "O surgimento do antivalor", em *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 22, outubro, Editora Brasileira de Ciências Sociais Ltda, São Paulo, 1988.
- PIQUET, Cristian. "Reagan ou a tentativa de restaurar uma hegemonia contestada", em *Perspectiva Internacional*, n.º 5, março-abril, Editora Aparte, São Paulo, 1983.
- PORTANTERO, Juan Carlo. "Elementos para uma nova política", em *Cadernos do CEAS*, n.º 142, novembro-dezembro, Salvador, 1992.
- PRZEWORSKI, Adam e WALLERSTEIN, Michael. "O capitalismo democrático na encruzilhada", em *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 92, outubro, Editora Brasileira de Ciências Sociais Ltda, São Paulo, 1988.
- RABELO, José Maria. "Ricos nacionalistas querem pobres neoliberais", em *Cadernos do Terceiro Mundo*, n.º 138, ano XIII, Rio de Janeiro, 1991.
- RUIN, Olog. "O desenvolvimento do modelo sueco", em *Lua Nova*, n.º 24, setembro, Editora Marco Zero Ltda, São Paulo, 1991.
- SCHILLING, Voltaire. "Reagan: a reeleição e algumas projeções", em *Revista de Filosofia, Política e Cultura*, n.º 2, Tchê Comunicações, Porto Alegre, s/d.
- SERKLES, Flávia. "Uma usina de idéias", em *Revista Veja*, n.º 2, ano 26, janeiro, Editora Abril, Rio de Janeiro, 1993.
- SERTAC, Vincent. "O movimento operário europeu e a ofensiva da austeridade", em *Perspectiva Internacional*, n.º 5, março-abril, Editora Aparte, São Paulo, 1983.
- SINGER, Paul. "Um novo manifesto liberal?", *jornal Opinião*, n.º 159, 21 de novembro, Editora Inúbia Ltda, Rio de Janeiro, 1975.
- SOUZA, Herbert de. *Escritos Indignados: democracia x neoliberalismo no Brasil*. Editora Rio Fundo/Ed. IBASE, Rio de Janeiro, 1991.
- SUPPLY, Eduardo M. "Liberdade econômica e liberdade política", em *jornal Movimento*, n.º 69, 25 de outubro, Edição S.A., São Paulo, 1976.
- TAYLOR-GOOPY, Peter. "Welfare, hierarquia e 'nova direita' na era Thatcher", em *Lua Nova*, n.º 24, setembro, Editora Marco Zero Ltda, São Paulo, 1991.

- TOCQUEVILLE, Alexis de. Igualdade social e liberdade política: uma introdução à obra de Alexis de Tocqueville, Nerman, São Paulo, 1988.
- TYSON, Brady. "Um país em transição", em Cadernos do Terceiro Mundo, n° 158, ano XV, Rio de Janeiro, 1993.
- VACCA, Giuseppe. Estado e mercado, público e privado", em Lua Nova, n° 24, setembro, Editora Marco Zero Ltda, São Paulo, 1991.
- WEFFORT, Francisco C. Qual a democracia? Companhia das Letras. São Paulo, 1992.